

# ASPECTOS DA TOPONÍMIA MUNICIPAL DO ESPÍRITO SANTO

## ASPECTS OF THE MUNICIPAL TOPONYM OF ESPÍRITO SANTO

<sup>1</sup>Tiago Dallapiccola\*.  
<sup>2</sup>Ingrid Tonon Miranda.

<sup>1</sup>Instituto Federal do Espírito Santo, Santa Teresa. E-mail: tiago.dalpicola@ifes.edu.br

<sup>2</sup>Universidade Nova de Lisboa. E-mail: ingridtononm@hotmail.com

Artigo submetido em 14/04/2022, aceito em 24/06/2023 e publicado em 06/07/2023.

**Resumo:** O artigo apresenta um levantamento completo das toponímias capixabas em nível municipal, trazendo uma caracterização, dentre outros pontos, de quantas e quais são as taxonomias de topônimos dos municípios do Espírito Santo. Ademais, abrange todas as origens linguísticas que os topônimos municipais podem ter, bem como apresenta quais taxonomias predominam, segundo o modelo proposto por Dick (1992). Verifica, ainda, se essas taxonomias estão distribuídas conforme algum padrão regional e temporal de organização. Para além, de forma inédita para o estado, trata do uso de topônimos auxiliares na escala municipal e ainda lida com a questão das diferenças entre os usos oficiais e popularmente consagrados entre a população.

**Palavras-chave:** Taxonomia de topônimos. Espírito Santo. Lugar. Análise geo-histórica.

**Abstract:** The article presents a complete survey of Espírito Santo toponymy at the municipal level. It brings a characterization, among other points, of how many and what are the taxonomies of toponyms of the municipalities of Espírito Santo. It covers all linguistic origins that municipal toponyms may have, as well as presents which taxonomies predominate, according to the model proposed by Dick (1992). It also checks if these taxonomies are distributed according to some regional and temporal organizational patterns. In addition, in an unprecedented way for the state, it deals with the use of auxiliary toponyms at the municipal scale and also deals with the issue of differences between official and popularly established uses among the population.

**Keywords:** Taxonomy of place names. Espírito Santo (Brazilian state). Place. Geo-historical analysis.

## 1 INTRODUÇÃO

As primeiras contribuições com vistas à evidenciação das origens dos topônimos capixabas remontam há pelo menos meados do século XX, com os aportes de Moraes (1954; 1974) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1959), este último por meio da publicação da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. O termo ‘topônimo’ (de origem grega – *topos*: lugar; *onyma*: nome) significa nome próprio de lugar.

O estudo dos itens lexicais usados para nomear os acidentes geográficos e os lugares (topônimos) perfazem o objeto de investigação da Toponímia, que juntamente com a Antroponímia (que estuda os nomes

próprios de pessoas), constituem as subáreas da Onomástica. Esta por sua vez é um subcampo da Linguística (SOUSA, 2007; LIMA, 2011).

A toponímia é profundamente enraizada na Geografia. Desde suas origens, os topônimos podem ter substanciais influências de características próprias do meio geográfico (advindas da hidrografia, da morfologia, do clima, da vegetação etc.); depois, os topônimos designam unidades político-administrativas, como países, estados e municípios ou ainda distritos e demais localidades, as quais, igualmente, constituem objeto de estudo da disciplina.

O Espírito Santo apresenta um amplo número de taxonomias de topônimos para

seus 78 municípios, chegando a um total de 18. Como lembram Théry & Mello (2005), um dos atos de maior importância e mais carregado de símbolos para um lugar é a atribuição de um nome. E no Espírito Santo, a despeito da preexistência de povos originários que já possuíam suas toponímias, tão logo seu território se torna objeto da ocupação colonial portuguesa, ainda nos primórdios do mais amplo processo de colonização do que viria a ser o Brasil, os portugueses iniciaram os ‘batismos’ dos lugares.

Como se poderia esperar, os primeiros topônimos, a contar o do próprio estado, são derivados da fé cristã e da religião católica. Nesse sentido, especula-se que Espírito Santo tenha sido o topônimo atribuído a então Capitania pelo fato de seu primeiro donatário ter nela desembarcado num domingo de Pentecostes. Os primeiros povoados/áreas de incursão – Vila do Espírito Santo (fundada em 1535, atualmente chamada Vila Velha), São Mateus (1544) e Vila Nova (na ilha de Santo Antônio, posteriormente chamada Vitória, para onde fora transferida a sede da Capitania), seguem essa mesma lógica (IBGE, 1959).

Com o passar dos séculos e a consequente ocupação de outras partes do estado, novas toponímias se somaram às existentes. Esse processo se dá e opera por motivos variados: a chegada de colonizadores europeus não-ibéricos, com marcas na antroponímia e na toponímia, a manutenção do uso de alguns termos em tupi ou ainda a apropriação destes para modificar nomes já em uso corrente. Em períodos mais recentes, as dinâmicas territoriais regidas por um incremento das migrações internas interconectam o país, trazendo em voga o uso de adjetivos qualificativos para diferenciar os nomes dos municípios, na busca por singularidade: ‘novo’, ‘nova’, ‘do norte’, ‘do sul’, ‘do oeste’ etc. Esse contexto se aplica também ao Espírito Santo, contribuindo para explicar a diversidade das toponímias encontradas.

O presente trabalho pretende tecer apontamentos sobre as características dessas taxonomias, tendo como objetivos específicos:

- 1 - Apresentar a distribuição segundo a língua de origem dos topônimos;
- 2 - Apresentar a distribuição segundo a natureza física (geográfica) ou antropocultural do topônimo, tendo como referência Dick (1992);
- 3 - Apresentar a distribuição segundo a taxonomia do topônimo;
- 4 - Identificar e caracterizar a presença de topônimos auxiliares ou secundários ao topônimo principal;
- 5 - Comparar a distribuição das taxonomias de topônimos com outros estados e regiões do país, quando possível, para verificar se há uma manutenção do padrão de distribuição ou não; e
- 6 - Analisar a evolução temporal e regional do surgimento dos municípios, com atenção ao tipo de língua de origem e de taxonomia de topônimo predominante em cada século e região do estado.

Desta forma, o trabalho buscou preencher uma lacuna no que diz respeito à realização de um inventário completo que caracteriza, entre outros pontos, quantas e quais são as taxonomias de topônimos dos municípios capixabas. O mérito está em fazê-lo de forma atualizada e abrangendo todas as origens linguísticas que os topônimos municipais podem ter, bem como apresentando quais taxonomias predominam e se estão distribuídas conforme algum padrão regional e temporal de organização.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, as referências teóricas que procuram explicitar a origem, categorizam e agrupam os topônimos em taxonomias e grupos tiveram um grande salto a partir dos trabalhos de Dick (1984, 1990, 1992 e 1998), que pelo ineditismo e pela relevância de sua obra, a colocam como referência para vários outros

pesquisadores no que diz respeito aos estudos sobre a toponímia.

A proposta apresentada pela autora (1992) traz a seguinte classificação taxionômica para os topônimos relacionados com o ambiente físico-geográfico (os quais denomina taxionomias de natureza física) e relacionados com os aspectos sociais, históricos e culturais que envolvem o ser humano (as quais chama taxionomias de natureza antropocultural):

#### 1 - Natureza física:

- a) Astrotopônimos: topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex.: Estrela (RS);
- b) Cardinotopônimos: topônimos relativos às posições geográficas. Ex.: Oriente (SP);
- c) Cromotopônimos: topônimos relativos à escala cromática. Ex.: Verdejante (PE);
- d) Dimensiotopônimos: topônimos relativos às dimensões dos acidentes geográficos. Ex.: Campo Maior (PI);
- e) Fitotopônimos: topônimos relativos aos vegetais. Ex.: Capinzal (SC);
- f) Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas. Ex.: Várzea (PB);
- g) Hidrotopônimos: topônimos relativos a acidentes hidrográficos. Ex.: Cachoeira Alta (GO);
- h) Litotopônimos: topônimos relativos aos minerais e a constituição do solo. Ex.: Areial (PB);
- i) Meteorotopônimos: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex.: Chuvisca (RS);
- j) Morfotopônimos: topônimos relativos às formas geométricas. Ex.: Morro Redondo (RS);
- k) Zootopônimo: topônimos referentes aos animais. Ex.: Mutum (MG).

#### 2 - Natureza antropocultural:

- a) Animotopônimos: topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual. Ex.: Vitória (ES);
- b) Antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex.: Antônio Prado (RS);
- c) Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham

nomes próprios individuais. Ex.: Marechal Deodoro (AL);

d) Corotopônimos: topônimos relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex.: Nova Venécia (ES);

e) Cronotopônimos: topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos 'novo'(a), 'velho'(a). Ex.: Nova Friburgo (RJ);

f) Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações em geral. Ex.: Casa Grande (MG);

g) Ergotopônimos: topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex.: Currais (PI);

h) Etnotopônimos: topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex.: Paulista (PE);

i) Dirrematopônimos: topônimos constituídos de frases ou enunciados lingüísticos. Ex.: Passa e Fica (RN);

j) Hierotopônimos: topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Ex.: Igrejinha (RS). Essa categoria subdivide-se em Hagiotopônimos, que são nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano - Ex.: Santa Amélia (PR); Mitotopônimos: entidades mitológicas. Ex.: Exu (PE);

k) Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas. Ex. Quinze de Novembro (RS);

l) Hodotopônimos: topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural. Ex. Ponte Nova (SC);

m) Numerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex. Duas Estradas (PB);

n) Poliotopônimos: topônimos relativos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex. Aldeias Altas (MA);

o) Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos. Ex. Agricolândia (PI);

p) Somatopônimos: topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal. Ex. Braço do Norte (SC).

Deve ser ressaltado que entre todas as 27 taxonomias, nove não foram encontradas entre os topônimos principais que nominam os municípios capixabas. Dentre elas, cinco são de natureza física: astrotopônimos, cardinotopônimos, dimensiotopônimo, meteorotopônimos e morfotopônimos. Outras quatro são de natureza antropocultural: dirrematopônimos, numerotopônimos, somatopônimos e poliotopônimos.

Os estudos de Moraes (1954; 1974) são pioneiros para desvelar a origem das cidades do Espírito Santo. Na obra “Geografia do Espírito Santo” (1974), o autor criou uma classificação para o tipo de surgimento das cidades do estado, baseado no que denominou “fato geográfico” que conduziu à origem da formação: cidades-porto; cidades-praia; cidades-boca do sertão; cidades-encruzilhada; cidades-centro agrícola; cidades-estação ferroviária; cidades-estação rodoviária; cidades-litígio.

Entretanto, a despeito da grandiosidade da contribuição de sua obra para os estudos regionais do Espírito Santo, o autor avança pouco na elucidação dos significados atribuídos aos nomes dos municípios. Além disso, embora possa parecer natural correlacionar os fatos geográficos de Moraes e as taxonomias de Dick (ex.: cidades-encruzilhada e hodotopônimo; cidades porto/praias e hidrotopônimo etc.), a correlação é baixa, conforme foi possível concluir a partir da análise realizada.

Há que se ressaltar ainda que no momento de publicação da obra “Como nasceram as cidades no Espírito Santo”, em 1954, o estado contava com 37 municípios; 20 anos mais tarde, quando foi publicada a segunda obra, “Geografia do Espírito Santo”, e decorrente de emancipações, 16 novos municípios passaram a integrar o mapa político capixaba, totalizando àquela altura 53 municípios, ante os 78 atuais.

Portanto, 25 municípios criados *a posteriori* não aparecem nas obras de Moraes.

Mais recentemente, outras contribuições se somaram no sentido de catalogar e explicar os topônimos capixabas. Carvalho (1999), em sua obra *Topônimos e Epônimos Capixabas* analisou o significado de vocábulos de origem tupi, referindo em seu livro uma “quase absoluta ausência de estudos sobre a origem tupi de certos topônimos capixabas”.

Já resultante das buscas realizadas em plataformas de pesquisa, encontramos as contribuições de Santos (2013; 2014) e Fermino & Rodrigues (2014). O primeiro se dedicou a verificar espacialidade motivacional dos topônimos tendo para isso selecionado para a coleta a categoria de “localidade” (distritos, povoados, comunidades rurais, bairros etc.). Não abrangeu em seu estudo, portanto, a problemática em nível municipal.

Fermino & Rodrigues (2014), por sua vez, identificaram os topônimos tupis na porção centro-sul do estado (tendo usado Carvalho como autor basilar), analisando suas formações lexicais e os processos de tradução do tupi para o português. O estudo dos autores, como fica evidente, não abrange a porção norte do estado, sugerindo que essa seria tarefa para um próximo trabalho. Além disso, a análise dos topônimos de outras línguas e a classificação dos mesmos segundo as possibilidades de taxonomias existentes não foram foco dos autores.

Como bem lembra Santos (2013), o Espírito Santo possui características peculiares do ponto de vista geo-histórico, já que congrega numa relativamente pequena extensão territorial uma grande diversidade cultural e físico-geográfica, fator esse responsável pela já apontada existência de grande número de topônimos. Vistas tais premissas, reafirma-se a necessidade de um levantamento amplo da toponímia a nível municipal, segundo a proposta de Dick, que é a correntemente mais utilizada, e por isso, apta ao exercício

da comparabilidade com outros estados e regiões.

### 3 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Para este estudo, a categoria que foi selecionada para a coleta dos topônimos foi a de ‘município’. Nesse caso, tem-se o estudo daquilo que Couto (2007) denomina ‘macrotoponímia’. Esta engloba acidentes geográficos e entes político-administrativos de maior porte, destacando-se diametralmente da microtoponímia, que estuda a nomeação dos lugares/acidentes de menor porte.

O trabalho se respaldou na consulta a fontes bibliográficas e bases de dados, tendo buscado literaturas explicativas tanto em artigos online como em livros para os resultados que se apresentaram a partir da delimitação dos objetivos. Quando não se encontraram literaturas explicativas pertinentes em artigos online e livros, foram estabelecidas hipóteses.

Utilizou-se duas plataformas de pesquisa (Periódicos Capes e Google Scholar), nas quais foram inseridas as chaves de busca ‘toponímia’ + ‘Espírito Santo’ e ainda a variação ‘topônimos’, mantendo-se ora o nome do estado, ora o designativo de origem ‘capixaba’. Na primeira plataforma não foram encontrados resultados cruzados à investigação feita. Na segunda plataforma foram encontradas duas referências específicas sobre a toponímia no estado.

Os dados obtidos (topônimos) foram catalogados, classificados e analisados, segundo o modelo taxionômico proposto por Dick (1992), que apresenta 27 (vinte e sete) categorias, distribuídas em taxionomias de natureza física (11 taxes) e taxionomias de natureza antropocultural (16 taxes). Após essa etapa, os dados foram submetidos a tratamento estatístico básico, como o cálculo de percentuais, e posteriormente foram descritos e comparados àqueles de outras unidades da federação e regiões do país.

Os topônimos tupis tiveram sua classificação feita a partir das traduções apresentadas por Carvalho (1999), em alguns casos confirmadas por Firmino & Rodrigues (2014). Para melhor apropriação por parte do leitor/usuário, os resultados são apresentados com sistematização em forma de tabelas, gráficos, quadros e mapas.

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que diz respeito à formação dos topônimos, eles podem ser distribuídos em três possíveis formas, segundo o ordenamento estabelecido na composição morfológica de Dick (1990):

a) Elemento específico simples: é formado por um único radical, definido por apenas um formante (adjetivo, substantivo), podendo estar acompanhado de sufixos aumentativos ou diminutivos bem como de outras sufixações e terminações como ‘lândia’, termo de origem anglo-saxã, alatinado com o recurso do sufixo –ia, e que designa estado, propriedade, lugar; ‘pólis’, sufixo grego que significa cidade ou povoado, e, burgo, do latim vulgar *burgus*, ou aldeia. Na toponímia municipal capixaba não há o emprego desse último termo. Ex.: Marilândia, Mantenedópolis, Colatina.

b) Topônimo composto ou elemento específico composto: apresenta mais de um elemento formador, que se em português pode ter dois ou mais vocábulos, mas se em tupi, um único vocábulo, após ter passado por aglutinação. Ex.: Bom Jesus do Norte, Guarapari.

c) Topônimo híbrido ou elemento específico híbrido: possui elementos linguísticos de variadas procedências, sendo mais frequentes no Brasil a indígena + portuguesa ou vice-versa, mas não apenas. Ex.: Cachoeiro do Itapemirim, Santa Maria de Jetibá.

A partir da análise da composição morfológica dos topônimos municipais capixabas tem-se os dados descritivos que seguem na tabela 1.

Tabela 1: Morfologia dos topônimos



Morfologia	Municípios	%
Simples	15	19
Compostos	57	73
Híbridos	6	8

Fonte e organização: os autores (2020).

Vale ressaltar que a quase totalidade dos topônimos de origem tupi no Espírito Santo são aglutinados e, por isso, apresentam um só vocábulo (ex.: Brejetuba, Cariacica, Ecoporanga), mas morfologicamente são topônimos compostos. As exceções são Jaguaré (tipo de capim) e Ibatiba (pomar).

Em relação aos topônimos morfologicamente híbridos, há que se fazer menção ao fato de que todos estão formados pelo primeiro termo em português e o segundo termo em diferentes línguas (tupi – duas ocorrências; kikongo (língua africana, falada em Angola), irlandês, alemão e italiano – uma ocorrência cada).

No que diz respeito à língua, o início da colonização portuguesa significou um processo de paulatina alteração dos topônimos em relação às formas como eram até então conhecidos. A relação de poder existente, caracterizada pelo domínio do elemento alóctone sobre o nativo, resultou em uma predominância da língua introduzida pelos colonizadores na toponímia local, conforme expressa a tabela 2.

Tabela 2: Língua de origem dos topônimos

Língua	Municípios	%
Português	46	59
Tupi	23	29
Híbridos/outros	9	12

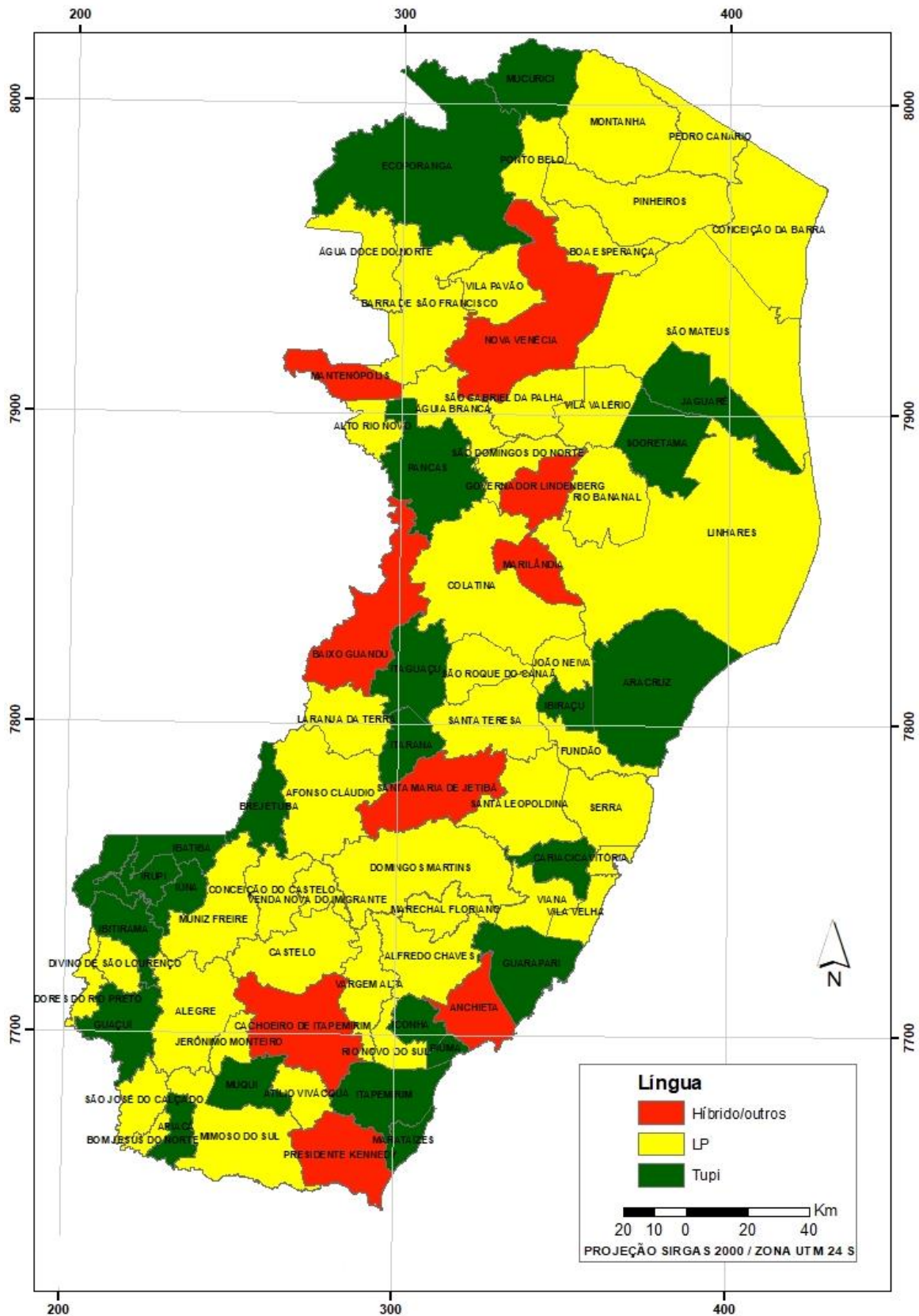
Fonte e organização: os autores (2020).

O mapa 1 mostra a espacialização dos topônimos segundo a língua de origem pelo território capixaba. Da análise do mapa 1 é possível perceber a evidente concentração de municípios nominados segundo

topônimos tupi na região centro-sul capixaba (num total de 18), ao passo que o norte do estado apresenta baixa concentração para os topônimos dessa língua (apenas cinco).

Há que se lembrar que esta é uma região, do ponto de vista da colonização, de ocupação mais recente do território capixaba, sendo que à exceção do litoral (com a formação dos núcleos de São Mateus e Conceição da Barra), o norte do Espírito Santo veio a ser efetivamente objeto de colonização apenas após 1928, com a inauguração da primeira ponte sobre o rio Doce, em Colatina (MORAES, 1974).

Mapa 1: Topônimos municipais segundo a língua de origem

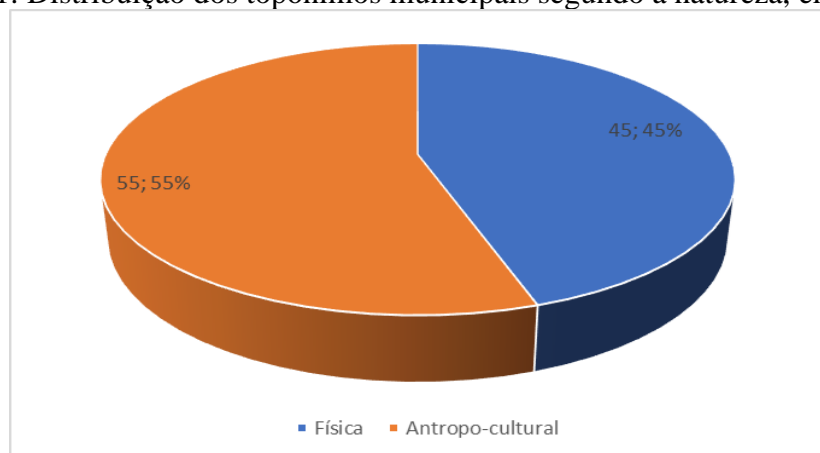


Fonte e elaboração: os autores (2020)

Na continuidade da catalogação, classificação e análise dos topônimos segundo o modelo taxionômico proposto por Dick (1992) em 27 categorias,

distribuídas em taxionomias de natureza física e taxionomias de natureza antropocultural, tem-se a distribuição apresentada pelo gráfico 1.

Gráfico 1: Distribuição dos topônimos municipais segundo a natureza, em %.



Fonte e organização: os autores (2020)

Observa-se que no que tange à natureza toponímica dos nomes dos municípios, a quantidade de topônimos pertencentes ao grupo natureza antropocultural predomina em relação aos de natureza física. Os primeiros apareceram 43 vezes, correspondendo a 55% do total, enquanto os de natureza física apareceram 35 vezes, somando 45%.

Essa constatação coaduna com os estudos de Santos (2013; 2014) para o nível de localidade, nos quais o autor também constata a presença de uma quantidade ligeiramente maior de topônimos de natureza antropocultural. A tabela 3 explicita estes e outros dados.

Tabela 3: Distribuição das naturezas e detalhamento das taxonomias

Natureza	Taxonomias			Municípios	%
	Existentes	Verificadas	% de verificação		
Física	11	6	55	35	45
Antropocultural	16	12	75	43	55

Fonte e organização: os autores (2020)

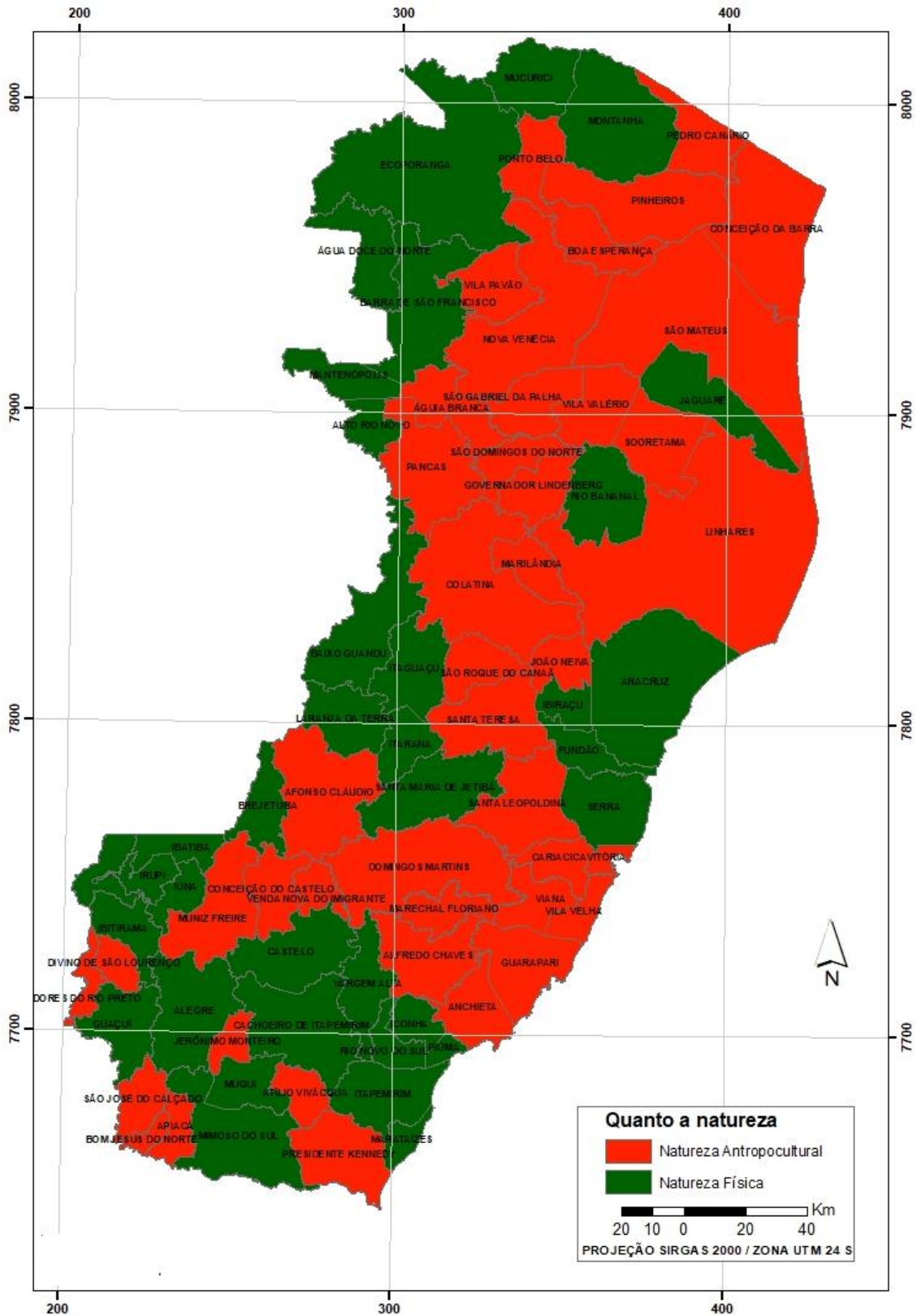
Da análise da tabela 3 percebe-se que as taxonomias de natureza física são também, além de menos frequentes nas toponímias municipais, menos variadas no que tange à distribuição, sendo verificadas pouco mais de 50% de suas possíveis formas nos 35 municípios que as utilizam. Já as taxonomias de natureza antropocultural, além de representarem maior percentual das toponímias (dão nome a 43 municípios), tem maior percentual de

verificação de suas possibilidades, exatamente 75% (12 de 16).

Essa característica que emerge como resultado deixa evidente a maior valorização dada aos aspectos socioculturais pelos grupos humanos que nomearam os lugares que posteriormente se tornaram municípios. Trata-se de elementos que entre outras coisas manifestam a fé, lembram os locais de onde vieram, homenageiam pessoas que tiveram importância, entre outros.



Mapa 2: Topônimos municipais segundo a natureza



Fonte e elaboração: os autores (2020)

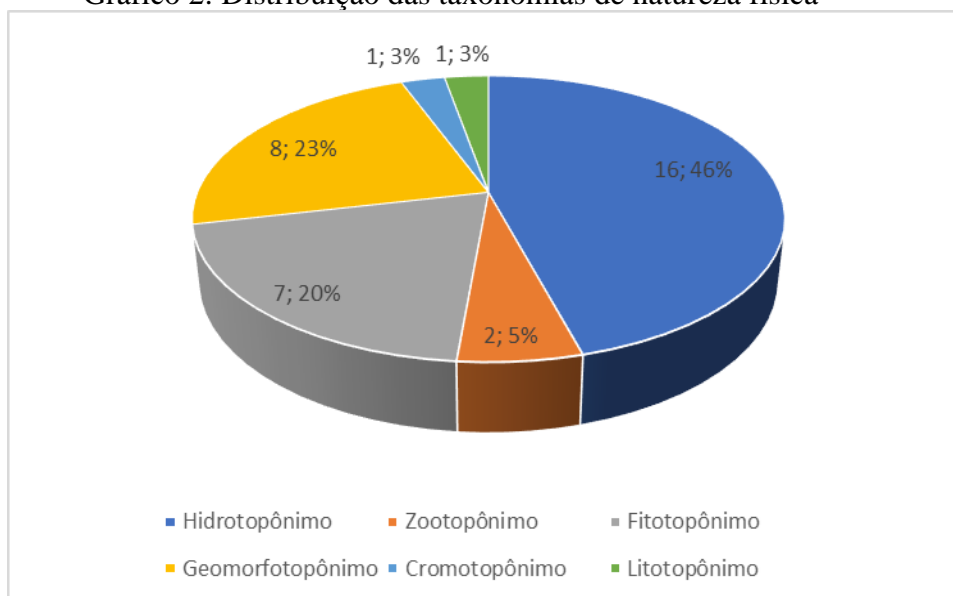
Para essa tipologia de classificação, se observa na região norte do estado uma predominância de topônimos de natureza antropocultural, em detrimento dos

topônimos de natureza física. Para a região centro-serrana e sul, há equilíbrio entre as naturezas física e antropocultural, conforme evidenciado no mapa 2.

Tendo em consideração apenas o quantitativo geral das categorias toponímicas de natureza física, o resultado do levantamento mostra que nos municípios

do estado prevalecem os hidrotopônimos. Foram registradas 16 ocorrências, o que corresponde a 46% do total para essa natureza. O gráfico 2 ilustra esse resultado.

Gráfico 2: Distribuição das taxonomias de natureza física



Fonte e organização: os autores (2020)

Acrescenta-se a isso o fato que os hidrotopônimos também aparecem como topônimo auxiliar mais empregado para fins de diferenciação ou especificação de um topônimo principal. Cabe lembrar que a rede hidrográfica brasileira é a maior do mundo; o país detém a maior quantidade de rios da Terra. No sentido dessa quantidade e consequente variedade, Dick (1990, p. 254) é assertiva: “a nomenclatura hidrotoponímica brasileira justificaria uma pesquisa isolada, visando ressaltar, em profundidade, os principais fatores que a estruturam, seja do ponto de vista da filiação linguística ou da motivação originária”.

Para os topônimos de natureza antropocultural os resultados mostram a predominância dos antropotopônimos. Foram registradas 14 ocorrências em 43 municípios, o que equivale a 33% do total. A tabela 4 ilustra os resultados.

Para a distribuição espacial dos antropotopônimos, o mapa 3 mostra uma concentração ligeiramente maior no centro-

Tabela 4: Taxonomias de natureza antropocultural

Língua	Municípios	%
Antropotopônimo	14	33
Hagiotopônimo	11	26
Axiotopônimo	3	7
Historiotopônimo	2	5
Animotopônimo	2	5
Hodotopônimo	2	5
Ergotopônimo	2	5
Sociotopônimo	2	5
Hierotopônimo	2	5
Corotopônimo	1	2
Etnotopônimo	1	2
Cronotopônimo	1	2
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>100</b>

Fonte e organização: os autores (2020)

sul do estado, com apenas um terço das ocorrências dessa taxonomia no Norte. Notou-se que alguns municípios nominados

com antropotopônimos eventualmente poderiam ter tido, ao invés, a taxonomia Axiotopônimo. Isso ocorreu com Jerônimo Monteiro, Muniz Freire e Afonso Cláudio (todos foram governadores). Contudo, o título/dignidade que poderia ter acompanhado os nomes próprios individuais foi suprimido.

Outro caso emblemático nessa taxonomia diz respeito ao município de Anchieta. O nome Anchieta é uma homenagem a José de Anchieta, padre jesuíta espanhol, nascido em Tenerife, nas Ilhas Canárias, em 1534. Viveu boa parte de sua vida na cidade de Anchieta, onde faleceu (IBGE, 2020). Figura importante para a história do Espírito Santo e do Brasil, bem como da Igreja, foi canonizado em 2014. Uma leitura anacrônica e desatenta dos fatos poderia incluir o município na taxonomia dos hagiotopônimos, mas quando foi elevado à categoria de cidade, na segunda metade do século XIX, trocando o nome de Reritiba para Anchieta, o padre era apenas um personagem importante, e não 'santidade', como no tempo atual.

Os resultados apresentados na tabela 4 apontam ainda para um forte papel dos hagiotopônimos na composição das taxonomias de natureza antropocultural. Em efeito, nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano são encontrados de norte a sul do estado, como é possível notar a partir do mapa 3.

A esse propósito, Santos (2014) ressalta que os hagiotopônimos espírito-

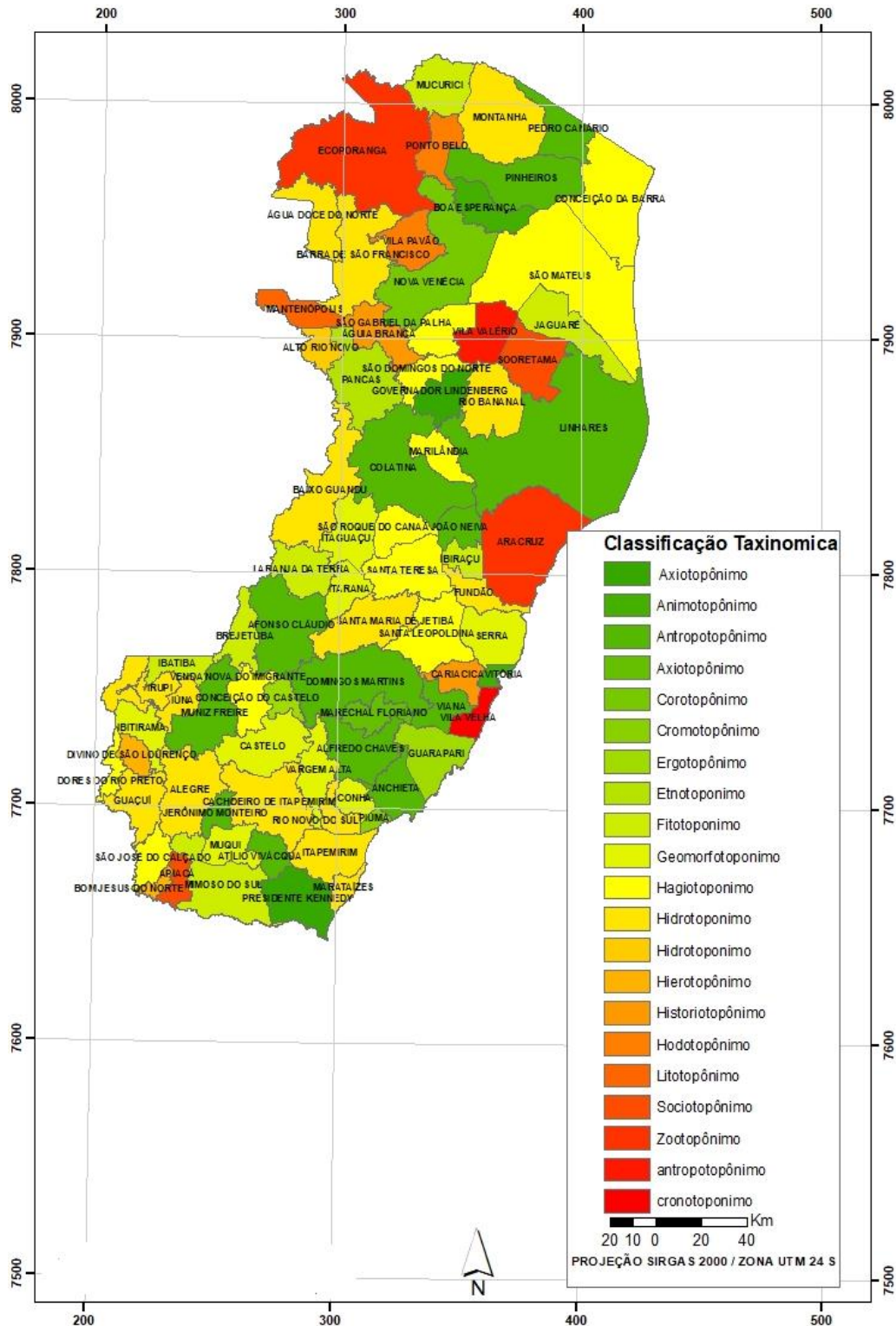
santenses demonstram a grande importância da religião católica romana em sua história quando, ao longo de toda a extensão de seu território, se observam nomes de santos e santas, principalmente na região não litorânea do estado.

O mapa 3 reúne as informações contidas nas tabelas 4 e 5, apresentando a distribuição das 18 taxonomias, independentemente de suas naturezas, visto que as tabelas anteriormente citadas já trazem essa classificação.

Para além das observações já feitas anteriormente, Santos (2014) acrescenta que a mescla com os nomes preexistentes dados pelos nativos resultou em nomes de santos e santas dos mais diversos, em seu estudo sobre localidades. Observam-se hibridismos, valendo-se de topônimos auxiliares, com o uso de vocábulos de origem tupi, como nos casos de Santo Antônio do Itaçu, Santa Luzia do Ipê e Santa Clara do Caparaó ou a adição ao enunciado, de outros tipos de motivações, como em Alto de São Pedro Frio, São João do Oriente e São João da Barra Seca (SANTOS, 2014).

Para 22 dos 78 municípios do estado, os nomes são formados, além do topônimo principal, por topônimos com caráter auxiliar ou secundário. Em 18 deles, essa característica visa obter diferenciação em relação a homônimos que os municípios podem eventualmente ter em outros estados do país.

Mapa 3: Distribuição das taxonomias nos municípios capixabas



Fonte e organização: os autores (2020).

A tabela 5 mostra detalhes sobre os topônimos auxiliares, muito importantes para trazer diferenciação com relação aos

topônimos principais e assim evitar a ocorrência de nomenclaturas homônimas a de outros municípios brasileiros.

Tabela 5: Topônimos auxiliares segundo a natureza, taxonomia, frequência de distribuição e porcentagens.

Natureza	Taxonomia	Municípios	Total	%
Física	Hidrotopônimo	6	15	68
	Cardinotopônimo	5		
	Geomorfotopônimo	2		
	Morfotopônimo	1		
	Fitotopônimo	1		
Antropocultural	Poliotopônimo	3	7	32
	Cronotopônimo	2		
	Ecotopônimo	1		
	Hagiotopônimo	1		

Fonte e organização: os autores (2020)

Na tabela 5 se verifica um paradoxo: se para os topônimos principais dos municípios do Espírito Santo predominam taxonomias de natureza antropocultural, quando se trata de

diferenciá-los de seus homônimos, predomina o uso de taxonomias de natureza física. Na sequência, o quadro 1 expõe informações sobre os municípios capixabas e seus ‘quase’ homônimos.

Quadro 1: Emprego de topônimos auxiliares e municípios homônimos.

Municípios	Auxiliar	Homônimo	Estado	Outros
Água Doce do Norte	Cardino	Água Doce	SC	Sim
Alto Rio Novo	Hidro	Rio Novo	MG	Sim
Baixo Guandu	Hidro	Local do ES	-	-
Barra de S. Francisco	Hidro	São Francisco	PB, MG, SP, SE	Sim
Bom Jesus do Norte	Cardino	Bom Jesus	RS, SC, RN, BA	Sim
Cach. de Itapemirim	Hidro	Cachoeira	BA	Sim
Conceição da Barra	Hidro	Conceição	PB	Sim
Conceição do Castelo	Geomorfo	Conceição	PB	Sim
Divino de São Lourenço	Hagio	Divino	MG	Sim
Dores do Rio Preto	Hidro	Dores de Campos	MG	Sim
Mimoso do Sul	Cardino	Mimoso de Goiás	GO	-
Nova Venécia	Crono	Veneza	Itália	Sim
Ponto Belo	Morfo	Ponto Novo	BA	Sim
Municípios	Auxiliar	Homônimo	Estado	Outros
Rio Novo do Sul	Cardino	Rio Novo	MG	Sim
Santa Maria de Jetibá	Fito	Santa Maria	RS	Sim.



São D. do Norte	Cardino	São Domingos	GO, BA, SC, PB, SE	Sim
São Gabriel da Palha	Eco	São Gabriel	BA, RS	Sim
São Roque do Canaã	Geomorfo	São Roque	SP	Sim
Venda N. do Imigrante	Crono	Local do ES	-	-
Vila Pavão	Polio	Pavão	MG	-
Vila Valério	Polio	Local do ES	-	-
Vila Velha	Polio	Local do ES	-	-

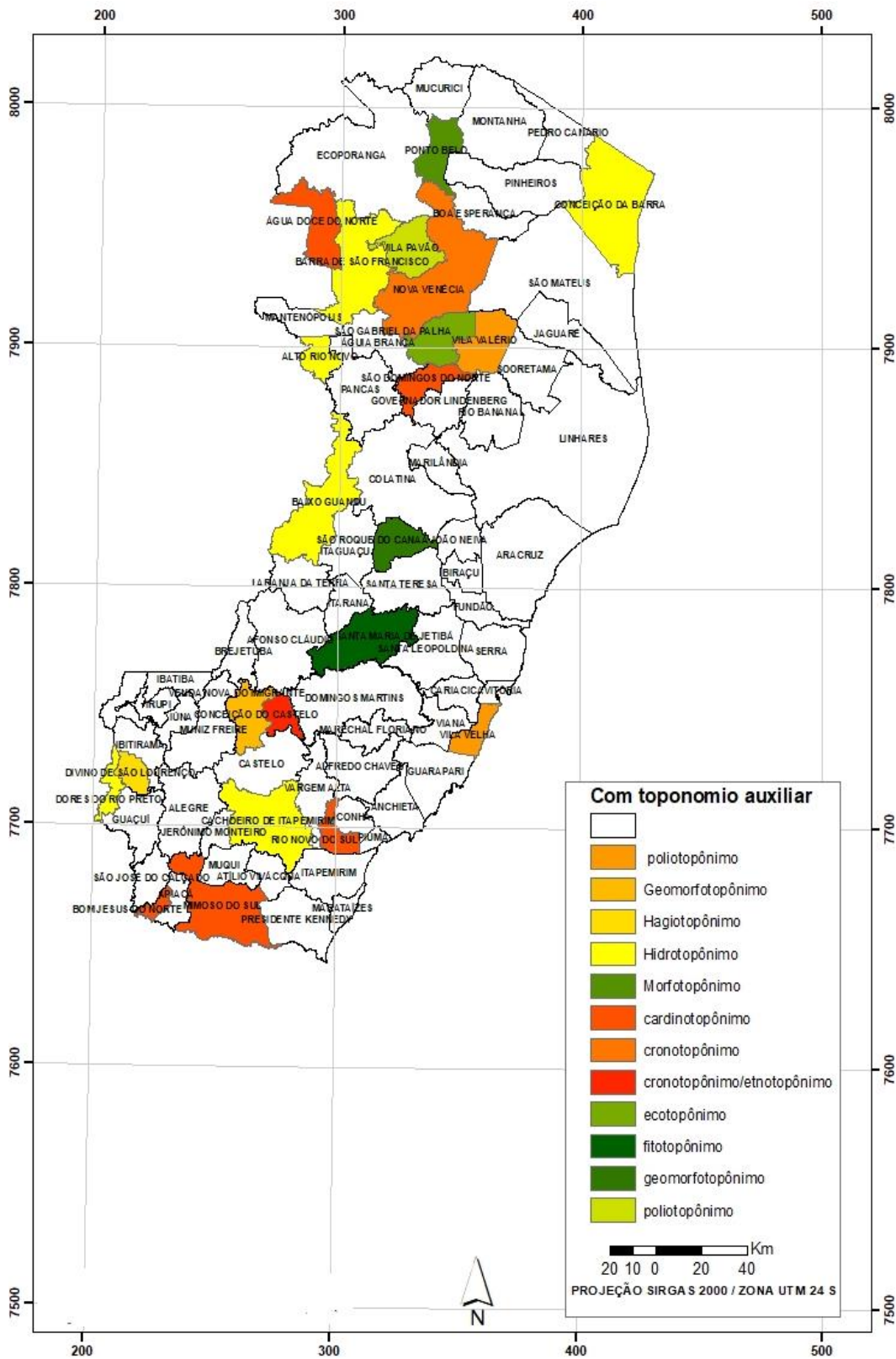
Fonte e organização: os autores (2020)

No mapa 4, encontramos a distribuição dos municípios que utilizam topônimos auxiliares. De sua análise se pode perceber que o uso de topônimos auxiliares ou secundários como recurso de diferenciação dos nomes dos municípios é encontrado distribuído de forma homogênea pelo estado, tendo apenas menor incidência em áreas litorâneas. Contudo, o uso é fortemente correlacionado ao menor tempo de fundação dos municípios, ou seja, municípios mais jovens tendem a utilizar mais o recurso como meio para se diferenciarem de outros já existentes na altura de suas emancipações. Em efeito, dos 22 municípios capixabas que fazem uso de topônimos auxiliares, 17 (74%) tem data de fundação que remonta apenas a segunda metade do século XX. Os cinco restantes (26%) foram fundados anteriormente.

Apenas dois municípios do Espírito Santo têm homônimos perfeitos no país. Anchieta, no litoral sul do estado tem um homônimo em Santa Catarina. Viana, que compõe a Grande Vitória, tem um município homônimo no Maranhão. Poucos são os municípios fora do Espírito Santo que tiveram necessidade de adicionar um topônimo auxiliar para diferenciar-se de municípios capixabas: Itaguaçu da Bahia (BA, corotopônimo); Nova Itarana (BA, cronotopônimo); Nova Marilândia (MT, cronotopônimo); Marilândia do Sul (PR, cardinotopônimo); São Mateus do Sul e São

Mateus do Maranhão (respectivamente PR e MA; cardinotopônimo e corotopônimo) e Vitória Brasil e Vitória da Conquista (respectivamente SP e BA; corotopônimo e animotopônimo).

Mapa 4: Distribuição dos municípios com topônimos auxiliares



Fonte e organização: os autores (2020).

Nos últimos 50 anos o Espírito Santo foi palco da criação de 25 novos municípios, ou seja, cerca de um terço do total foi criado no último meio século. Desse montante, não foram observadas grandes mudanças no padrão que já se apresentava quando considerados todos os municípios, alguns fundados desde os séculos XVI e XVII.

Um exemplo disso são os percentuais de distribuição por língua de origem dos topônimos ou ainda em relação a natureza das taxonomias. A hipótese é que embora agora emancipados, esses municípios trouxeram consigo suas toponímias anteriores, já que eram distritos de outros municípios. A tabela 6 mostra esses comportamentos.

Tabela 6: Comparação de características dos topônimos de

Língua	% do total	% dos 25 mais jovens
Tupi	29	28
Híbridos/outros	12	8
Português	59	64
Natureza		
Física	45	48
Antropocultural	55	52

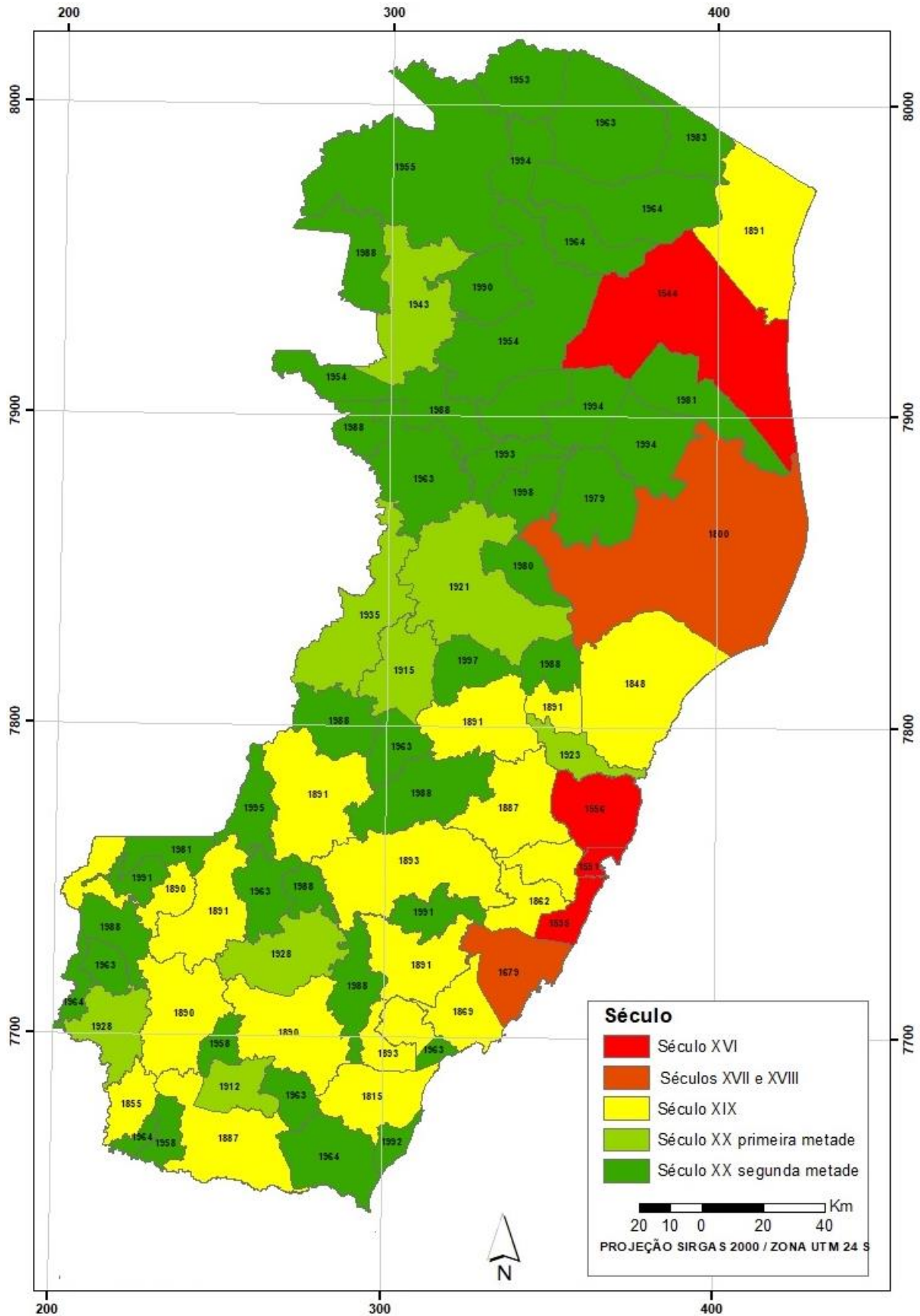
Fonte e organização: os autores (2020)

A propósito da data de fundação, o Espírito Santo enquadra-se no padrão geral do processo de colonização pelo qual o Brasil passou – seus municípios mais antigos foram fundados a partir da chegada do elemento português ao litoral, e paulatinamente, ao longo dos séculos de avanço pelo interior, ditados pela história econômica nacional, novas áreas foram incorporadas à *hinterland* que partia de Vitória. O mapa 5 evidencia esse movimento de criação de cidades, posteriormente e em consonância com a legislação brasileira, elevadas à condição de sedes de municípios.

Como se poderá observar na análise do mapa 5, transparecerá a importância da segunda metade do século XX em termos de criação de novos municípios para o Espírito Santo, sobretudo em sua porção norte-noroeste, que como já exposto antes, foi tardiamente colonizada, comparativamente ao litoral e ao sul do estado.

Em contraste com o quadro verificado no Brasil, descrito por Théry & Mello (2005), no qual afirmam que os topônimos mais frequentes no país são aqueles relacionados com a religião, em especial os santos, no Espírito Santo são os hidrotopônimos a terem essa primazia, acompanhados de perto pelos antropotopônimos. Os hagiopotônimos aparecem como taxonomia individual na terceira posição.

Mapa 5: Municípios capixabas por século e data de criação



Fonte e organização: os autores (2020)

De uma forma geral, somados hagio e hierotopônimos, 17% dos nomes dos municípios do estado se incluem na categoria da religiosidade. Esse percentual é superior a porções de ocupação mais recente do território nacional, como na Amazônia Ocidental. No Acre, o percentual para essa taxonomia é de 5%. Em Rondônia e no Amazonas, 8%. Em Roraima, 13%.

Para Sousa (2007), esse fato não causa estranheza, visto que na região os corotopônimos apareceram em maior número entre os designativos. E isso, segundo o autor, se dá porque ela recebeu pessoas que chegaram de vários lugares do Brasil, e

deparando-se com um ambiente completamente diferente do seu, possivelmente, como forma de manter vínculo com a região de onde vinham, batizavam a nova morada com o nome da antiga[...] é muito comum certos topônimos serem conduzidos por migrações ou ganharem impulso pelo prestígio do local de

origem. Os imigrantes batizam os lugares com nomes de outros lugares familiares, algumas vezes, devido às semelhanças encontradas nas paisagens ou mesmo o desejo saudosista de prolongar suas pátrias (SOUSA, 2007, p. 126).

Essa característica – da predominância dos corotopônimos na Amazônia Ocidental – diverge da forma como essa taxonomia é verificada no Espírito Santo: apenas uma ocorrência entre todos os municípios (Nova Venécia).

Em relação ao uso de cardinotopônimos, nomes tão comuns no Brasil e que se referem aos pontos cardeais, no Espírito Santo, temos apenas a presença de "sul" e "norte". Não há alusão a "oeste" e "leste". O termo "leste", lembram Théry & Mello (2005), é pouco frequente, o que os autores explicam pela colonização do país ter se dado rumo ao oeste.

Por fim, o quadro 2 organiza os 78 municípios capixabas de acordo com as 18 taxonomias verificadas no estado.

Quadro 2: Municípios segundo as taxonomias, conforme Dick (1992)

<b>Taxonomia</b>	<b>Municípios</b>
Hidrotopônimo	Água Doce do Norte, Alegre, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Fundão, Guaçuí, Irupi, Itapemirim, Iúna, Montanha, Marataízes; Rio Novo do Sul; Rio Bananal, Santa Maria de Jetibá
Antropotopônimo	Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Anchieta, Atílio Vivacqua, Colatina, Domingos Martins, Jerônimo Monteiro, João Neiva, Linhares, Muniz Freira, Pedro Canário, Pinheiros, Viana, Vila Valério
Hagiotopônimo	Conceição da Barra, Conceição do Castelo, Dolores do Rio Preto, Marilândia, Santa Leopoldina, Santa Teresa, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São José do Calçado, São Mateus, São Roque do Canaã
Geomorfotopônimo	Castelo, Ibitirama, Iconha, Itaguaçu, Itarana, Muqui, Serra, Vargem Alta
Fitotopônimo	Brejetuba, Ibatiba, Ibirapu, Jaguaré, Laranja da Terra, Mimoso do Sul, Mucurici
Axiotopônimo	Governador Lindemberg; Marechal Floriano; Presidente Kennedy
Zootopônimo	Aracruz, Ecoporanga
Historiotopônimo	Águia Branca, Cariacica
<b>Taxonomia</b>	<b>Municípios</b>
Animotopônimo	Boa Esperança; Vitória



Hodotopônimo	Ponto Belo; Vila Pavão
Ergotopônimo	Guarapari, Venda Nova do Imigrante
Sociotopônimo	Apiacá, Sooretama
Hierotopônimo	Divino de São Lourenço; Bom Jesus do Norte
Cromotopônimo	Piúma
Litotopônimo	Mantenópolis
Corotopônimo	Nova Venécia
Etnotopônimo	Pancas
Cronotopônimo	Vila Velha

Fonte e organização: os autores (2020)

## 5 CONCLUSÕES

A correta apropriação dos topônimos requer um certo nível de análises espacial e histórica, com o prejuízo de, se não observadas, resultar em equívocos. Alguns municípios capixabas, à primeira vista, dão a entender uma taxonomia X, mas, na verdade pertencem a uma taxonomia Y. É ilustrativo dessa condição o município de Alegre, que de imediato pode suscitar no leitor/pesquisador percepção da derivação de uma característica da introspecção humana, o que lhe conferiria a taxonomia de animotopônimo, quando na realidade o nome do município se deve ao nome do rio em cujas margens construiu-se em 1820 um rancho de apoio às tropas que transitavam na estrada de Minas para o porto de Itapemirim (IBGE, 2020).

Outro município que exemplifica essa peculiaridade é Santa Maria de Jetibá; uma análise precipitada o inseriria subitamente na taxonomia dos hagiotopônimos. A localidade era conhecida como Jequitibá (nesse caso, alusão a um fitotopônimo). Quando se emancipou, em 1988, o município passa a ter a atual denominação, em virtude de ser atravessado pelo rio Santa Maria, portanto, um hidrotopônimo. Permaneceu o termo Jetibá, uma corruptela de jequitibá, um tipo de árvore, na condição de topônimo auxiliar.

As alterações toponímicas distritais, nesse caso, se deram através de decretos, com pouco ou nenhum envolvimento da comunidade local. Jequitibá foi alterado para Jetibá, pelo decreto-lei estadual nº 15177, de

31-12-1943. Jetibá para Santa Maria de Jetibá alterado, pela lei estadual nº 4067, de 06-05-1988 (IBGE, 2020). A hipótese de uma decisão vertical ter imposto o nome ao município ganha força, haja vista as origens da colônia que o precedeu – formada por germânicos adeptos do luteranismo.

Assim, se desprovidos de análise histórica e espacial, são topônimos que enganam. Caberia discussões no sentido de compreender a origem das toponímias precedentes – por que o rio Alegre foi assim nomeado? Por que a um determinado curso d'água da região serrana central do Espírito Santo foi dado o nome de Santa Maria? E na continuidade, o quanto hoje, havendo meios para investigar tal, essas toponímias passadas, relativas a acidentes geográficos, e os nomes atuais dos municípios, estão dissociadas ou não? Permanece uma lacuna ao verificar esse fato: nomes preexistentes que em determinado momento passaram a ser usados para nominar municípios.

O resgate e retomada das questões relativas às toponímias podem se iniciar por elementos simples, mas que precisam vir à tona, pois acabam esquecidos devido à naturalização e banalização com que lidamos com os nomes dos lugares. Quem primeiro foi nomeado 'Alegre'? O município por onde o rio passa ou o rio que passa pelo município? Questões simples como essa, e outras mais complexas a partir dela, mostram interesse em conhecer e promover uma revalorização dos lugares. Essa revalorização pode reverberar sobre vários outros aspectos espaciais e da vida em sociedade, razão pela qual a simples

centelha de buscar compreender algo que parece ser tão banal, como o nome de um lugar, poderia desencadear outros efeitos positivos.

Outra importante ponderação diz respeito a forma como as pessoas utilizam as toponímias no presente. Santos (2013; 2014) afirma que o espaço fala através da toponímia. Essa afirmação precisa ser vista com cautela e prudência. Há casos em que os topônimos nominativos oficiais de municípios são usados de forma amputada, encurtada. Observa-se, no caso do Espírito Santo, a tendência à supressão de topônimos auxiliares e termos qualificativos integrantes dos nomes. No uso

cotidiano, vivido, na forma como as pessoas falam, há um emprego diferente do uso nas oficialidades. Dessa forma, os topônimos podem até ser, de certa maneira, a voz do espaço. Mas é uma voz que não fala tudo sobre o espaço. E essa voz não fala tudo sobre o espaço porque ela se diferencia segundo parâmetros como o geracional, o socioeducacional e o afetivo. O quadro 3 mostra exemplos das diferenças entre a toponímia oficial e usos populares consagrados.

Quadro 3: Comparação entre a toponímia oficial e usos populares

Toponímia oficial	Uso popular
Baixo Guandu	Guandu
Cachoeiro do Itapemirim	Cachoeiro
Conceição da Barra	Barra
Marechal Floriano	Marechal
Santa Maria de Jetibá	Santa Maria
São Gabriel da Palha	São Gabriel
São Domingos do Norte	São Domingos
Venda Nova do Imigrante	Venda Nova
Vila Valério	Valério
Vila Pavão	Pavão

Fonte e organização: os autores (2020)

Inegavelmente, a sobreposição de uma forma de ver e se relacionar com o espaço a partir de uma ótica colonizatória contribuiu com maior peso para os topônimos municipais hoje encontrados no Espírito Santo. Se opta por dizer hoje, porque o espaço capixaba esteve (e ainda está) em mutação. Municípios desapareceram, outros foram criados, outros tiveram seus nomes trocados. Alguns municípios estão na expectativa de criação, aguardando emancipação. Novos estudos podem evidenciar as mutações, bem como quais forças as governam.

Em se tratando do Espírito Santo, cuja história de formação é bastante complexa, a análise toponímica deixou transparecer a forte valorização dos elementos sócio-históricos-

culturais por parte do dominador, visto que o número de topônimos de natureza antropológica é maior que os de natureza física.

Como recorda Sousa (2007), os topônimos, como unidades léxicas que são, comportam em seu âmago fatos que evidenciam necessidades e interesses de grupos humanos que os engendraram, revelando traços linguísticos e culturais, alguns até mesmo já desaparecidos, inerentes a esses grupos.

O presente artigo procurou apresentar uma caracterização completa dos topônimos municipais do Espírito Santo, traçando um panorama das diversas influências linguísticas, naturezas, taxonomias etc. O trabalho não

pretende resumir em si toda a verdade sobre as motivações toponímicas municipais. Por isso, deixa aberto o flanco para questionamentos e sugestões para futuros desdobramentos.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, J. W. Emery de. **Topônimos e epônimos capixabas**. Vitória: Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo, 1999. 77 p.

COUTO, Hildo Honório do. **Ecolinguística - estudo das relações entre língua e meio ambiente**. Brasília: Thesaurus Editora, 2007. 462 p.

DICK, Maria. Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do estado de SP, 1990. 387 p.

DICK, Maria. Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1992. 258p.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Aspectos históricos de microtoponímia no Brasil**. Separata da Revista de História. São Paulo: USP, 1984. 116 p. 43-54.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de.; ISQUERDO, Aparecida Negri (Org). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. v 2. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1998, p. 77-88. 263 p.

FERMINO, Filipe Siqueira; RODRIGUES, Catarina Vaz. **Toponímia capixaba: estudos dos nomes de municípios capixabas de origem tupi**. Revista Philologus, Ano 20, N° 58 – Supl.: Anais do VI SINEFIL. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2014 p. 797-821.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v.

22. Disponível em:  
[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_22.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_22.pdf)

LIMA, Joana Angélica Santos. Os topônimos dos estados nordestinos brasileiros, In: **Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia**. Cadernos do CNLF, Vol. XV, N° 5, t. 3. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. P. 2337-2344.

MALACARNE, A. **Vila Valério: de mata a município**. São Gabriel da Palha: Gráfica Gomieri, 2011. 97 p.

MORAES, C. **Como nasceram cidades no Espírito Santo**. Vitória, ES, 1954. 84 p.

\_\_\_\_\_. **Geografia do Espírito Santo**. Vitória, ES: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1974. 231 p.

SANTOS, V.M. **A geografia dos nomes: uma análise da classificação motivacional dos topônimos do Espírito Santo**, IN In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2013, Vitória. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2014. P. 1-13.

SANTOS, V.M. **A geografia dos nomes: uma análise da classificação motivacional dos topônimos do Espírito Santo**. Monografia de conclusão de curso. Vitória: Ufes, 2013. 97 p.

SOUSA, Alexandre Melo de.. **Geografia e lingüística: intersecções no estudo toponímico**. Perspectiva Geográfica, v. 01, p. 115-128, 2007.

THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de. **Atlas do Brasil: Disparidades e Dinâmicas do Território**. São Paulo: EDUSP, 2005. P309.